

## GUAJÁ

# Acuados, cada vez mais

*A dramática situação do povo Guajá, relatada por dois missionários do Cimi-Maranhão que visitaram o seu território na primeira quinzena de novembro passado*

As possibilidades de sobrevivência dos grupos de Guajá que perambulam pelas matas localizadas entre os rios Caru, Gurupi, Turi e Turizinho, no Estado do Maranhão, são a cada dia mais reduzidas. Vários apelos foram dirigidos às autoridades competentes e à comunidade nacional e internacional no sentido de garantir o direito à vida desses índios.

No entanto, as medidas tomadas por parte do governo brasileiro não somente impediram a conquista de uma área digna para os Guajá mas, o que é pior, vieram ao encontro dos interesses econômicos de grandes empresas que se apossaram ilegalmente das terras onde vivem os Guajá (Grupo Agroindustrial Turi, Grupo Galleti etc).

Inclusive, a mais recente medida judiciária encaminhada pela Procuradoria Geral da República ao antigo Tribunal Federal de Recursos, um mandado de segurança que previa a revalidação da portaria nº 76, e exigia a desintrusão desses grupos econômicos do território guajá, que eles ocupavam ilegalmente, foi julgado improcedente. Dessa forma, o que continua vigorando é a portaria nº 158 que reduziu drasticamente o território dos Guajá (65.000 ha).

Cabe ressaltar que essa área, além de ser pequena, está completamente invadida por centenas de famílias de lavradores e fazendeiros, tornando-a inviável para a sobrevivência física e cultural dos índios Guajá, povo nômade e sem agricultura.

### Um pouco de história

No início da década de 80, o sr. Antônio Fala Fina, morador de Paragominas, chegando à região do médio Gurupi, no Maranhão, declarou-se dono daquelas terras e começou a vendê-las em glebas aos moradores que lá moravam há vários anos. Fala Fina pôde contar com a omissão, o desconhecimento e o total descuido do governo do Estado. Iniciou-se, assim, o processo de alienação e grilagem daquelas terras, que culminou com a expulsão, em 1983, de várias famílias de lavradores localizadas na região igarapé Guariba, hoje pretensa propriedade do chamado Grupo do Paulistas.

O autor da façanha foi um senhor conhecido como Dr. Prado que, dentro do esquema clássico da grilagem que ocorre no Maranhão, obrigou os lavradores a deixarem suas terras "no acordo ou na bala". Dessas famílias, somente uma foi parcialmente indenizada por ter recorrido ao então presidente da República, o general João Figueiredo, por intermédio de um coronel de Teresina.

Todos esses moradores testemunharam a presença constante dos índios



Guajá naquelas terras, salientando, inclusive, o interesse que eles tinham nos numerosos cocais (babaçu) que existem na região, particularmente na fazenda Juparaná.

### Situação atual

O que mais impressiona, chegando à área, é o desmatamento das florestas, praticado em ritmos vertiginosos. Calcula-se que o índice de desmatamento observado em novembro de 1989 aumentou de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados foram confirmados pelos técnicos do Sistema de Proteção dos Guajá, com sede em Santa

Inês, Maranhão.

Com efeito, foi observada a intensificação de retirada de madeira nobre da área indígena e da própria reserva biológica, comandada pelas empresas madeireiras de Paragominas, que enviam à região grandes contingentes de caminhões sem qualquer tipo de fiscalização por parte dos órgãos competentes.

Diante da omissão criminosa do Estado no sentido de proibir e reprimir os autores da devastação da floresta em questão, verificou-se um verdadeiro frenesi para retirar a maior quantidade de madeira nobre.

Isso fez com que os pequenos agricultores se dedicassem quase de forma exclusiva ao comércio da madeira, em prejuízo da atividade agrícola voltada a um uso mais racional da terra.

Outro fator que vem provar a intensificação do comércio da madeira na área e sua conseqüente devastação é a notícia segundo a qual o Clube dos Caçadores, grupo que detém uma área de 4.400 ha de mata virgem dentro do território dos Guajá, estaria disposto a vender "sua propriedade" para empresas madeireiras.

### O caso da Alto Turiacu

A empresa Alto Turiacu é aquela que ocupa a maior quantidade de terra dentro do território tradicional dos Guajá (cerca de 40.000 ha de floresta). É bom lembrar que a empresa se mantém dentro da área em virtude de amplos apoios políticos. Graças a esses apoios, a empresa conseguiu, inclusive, que fosse excluída do processo demarcatório do território dos Guajá a parte que ela ocupa.

A empresa continua na sua atividade predatória, explorando irracionalmente a floresta, beneficiando unicamente a madeira nobre. Para isso ela conta com uma infraestrutura eficiente. Possui na área duas serrarias, escoando somente madeira já beneficiada, uma considerável frota de caminhões, inúmeros trabalhadores braçais, operadores de moto-serra, vários "seguranças", estrada e a estreita colaboração dos comerciantes regionais.

Uma recente viagem de fiscalização da área, efetuada pela Funai nos meses de julho e agosto de 1989, foi habilidosamente manipulada pelos responsáveis da empresa, a fim de impedir que as equipes governamentais adquirissem uma visão global e mais apurada da situação da terra dos Guajá. Esconder as moto-serras e desviar as equipes para rumos onde não havia cocais, habitat natural de abastecimento alimentar dos Guajá, foram alguns dos truques diversionistas utilizados pelos empregados da Alto Turiacu.

A dramaticidade da situação dos índios Guajá é constatada pela procura de proteção por parte de sobreviventes de vários grupos que, anos atrás, perambulavam por toda a região. Nota-se a chegada constante desses sobreviventes ao Posto Indígena Juriti, criado pelo Serviço de Proteção na região do alto Caru devido à crescente invasão dos territórios que fazem parte do roteiro de perambulação dos índios.

Diante desta situação trágica e vergonhosa, não há mais espaço para boas intenções e discursos humanitários. Faz-se urgente e necessária uma decisão política eficaz.

Cláudio Bombieri  
e Carlo Ubbiali